

SER MULHER EM LIBERDADE



PAULO PIMENTA

Mariana Correia Pinto

Durante dois anos, com ou sem noitada de trabalho, os dias de Carla Longo começavam pelas oito da manhã. A gestão de uma equipa de homens – electricistas, pedreiros, empreiteiros – exigia mais do que apenas saber fazer. Exigia mostrar que sabia: “Ver, despachar, ver, despachar. Estava sempre no terreno”, conta a presidente da Junta de Freguesia de Pombal, distrito de Leiria. A licenciatura e o percurso profissional de 17 anos não certificavam a sua competência junto dos trabalhadores. “Sempre tinham sido geridos por homens, mais velhos, pessoas de referência da comunidade. E, de repente, chega uma mulher para mandar neles...”

Para ganhar o capital necessário, não se limitou a marcar presença. Tirou a carta de condução de tractores, perdeu muitas horas a ler manuais sobre electricidade, estudou o bê-á-bá de alguns instrumentos de trabalho. “Quando me ligavam a dizer que a motorroçadora avariou, sabia fazer as perguntas básicas”, conta. “Tem combustível? A vela está limpa? Os filtros também?” Pouco a pouco, foi notando os olhares menos desconfiados. Os acenos respeitosos.

A autarca social-democrata não guarda mágoa desse caminho. Seis anos depois de entrar na junta, e dois e meio após a eleição como presidente, não nota resistência às ordens dadas de saltos altos. Mas a dificuldade do percurso é simbólica e inspira uma reflexão: teria um homem de prestar provas semelhantes?

Mais do que qualquer outro nível de governo, o poder local é terreno fértil para a desigualdade de género. Dos 308 municípios do país, apenas 29 são liderados por mulheres: 9,41%. Nas freguesias, os números são da mesma ordem.

Nas eleições de 2021 houve mesmo um retrocesso: foi a terceira vez em democracia que o número de presidentes de câmara mulheres caiu e a primeira desde que a lei da paridade entrou em vigor. E isso, avalia Eva Macedo, investigadora especializada em questões de igualdade de género, “é altamente preocupante”.

A lei da paridade – aprovada em 2006 e revista em 2019 – não abrange todos os poderes políticos. E não são poucos os excluídos, enumera a jurista: Presidente da República, primeiro-ministro, presidente da Assembleia da República, presidente do Governo Regional, membros do governo, membros do governo regional, presidentes de câmara, presidentes de junta, presidentes de assembleia municipal. “Chamo-lhes poderes parapatários, porque passam à margem da paridade. É como se não houvesse lei para eles.”

Os dados sobre género nos cargos de topo do poder local são, assim, uma espécie de teste do algodão para

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA “OS PARTIDOS SÃO MÁQUINAS AVESSAS ÀS MULHERES”

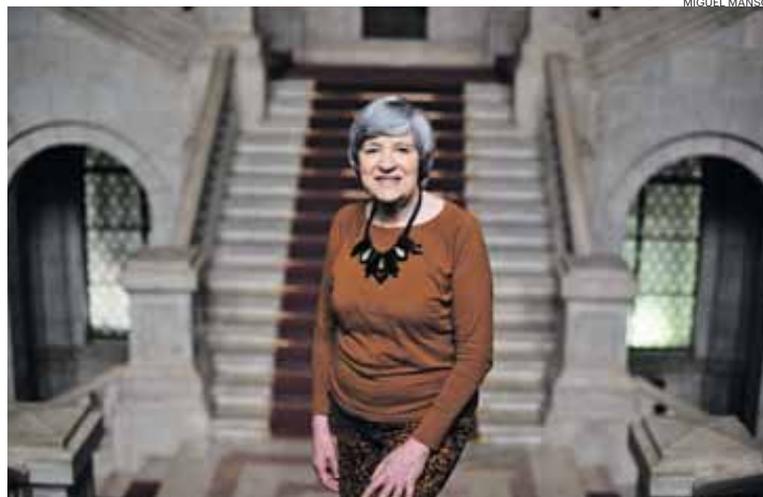
PODER LOCAL Apenas 29 dos 308 municípios do país são presididos por mulheres. Lei da paridade atenuou desigualdades, mas não se tornou um valor. A culpa dos partidos, os estereótipos e o caminho para a mudança

a interiorização do espírito da lei da paridade em Portugal. E não mostram resultados animadores. Sem uma ferramenta que imponha um número mínimo, as mulheres continuam a ser excluídas, lamenta Eva Macedo: “A paridade não está interiorizada na sociedade como um valor. Deixados à sua sorte, os partidos políticos produzem 10% de mulheres no poder.”

A lei está, regra geral, a ser cumprida. A sua exigência tem que ver com representação mínima nas listas (40% de cada género) e prevê, desde 2019, multas para quem não o faz. Mas o problema nos lugares de topo ficou por resolver: “Os partidos não têm vontade política de investir na mulher em primeiro lugar da lista.” As palavras são de Maria Antónia Almeida. “Nos outros cargos não acontece o mesmo.” A investigadora da Universidade do Minho fez as contas nas eleições de 2021 e concluiu que nos 308 municípios existem 682 vereadoras (32,9%) e 94 vice-presidentes (30,5%).

Continua a haver, no entanto, distritos sem uma única mulher presidente de câmara: Castelo Branco, Guarda, Beja, Leiria e Viana do Castelo. Em 79 municípios existe apenas uma mulher no executivo e há mesmo dois concelhos – Vendas Novas, em Évora, e Velas, nos Açores – onde elas não entram.

Quem afasta, afinal, as mulheres do



Carla Longo, presidente da Junta de Freguesia de Pombal: “Sou contra a lei da paridade. As pessoas devem ser reconhecidas pela sua competência”

Helena Roseta foi uma das candidatas nas primeiras autárquicas do país, em 1976. “Era muito malvisto...”

Antes de ser secretária de Estado, Rosa Monteiro concorreu às autárquicas: “Para alguns, éramos as jarras que decoravam a campanha”

poder? A explicação não é linear, mas algo parece consensual. Os partidos políticos saem mal na fotografia, aponta Eva Macedo. “São máquinas avessas às mulheres”, diz.

Rosa Monteiro conheceu o sistema por dentro quando, em 2013, foi desafiada a entrar na lista socialista para a Câmara de Viseu. Aí, e no seu trabalho como investigadora nesta área, foi compondo um diagnóstico a partir da linguagem interna dos partidos. “Existe o lugar da mulher, o lugar da quota. Este discurso é real na hora de fazer listas. E elas vão em terceiro, sexto, nono.”

Rosa Monteiro não sentiu resistências dentro do PS, até porque respon-



dia a um convite para lá estar, mas as palavras revelavam sintomas sobre a forma como as mulheres são encaradas. “Um colega chamava-me epifenómeno”, conta a investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. “Para alguns éramos as jarras que decoravam a campanha. Lembro-me de estar a apresentar o programa e de haver risos. Aquele olhar de ‘quem é esta?’”

Helena Roseta conhece o sentimento. Viveu-o quando a democracia dava os primeiros passos e lamenta, 50 anos depois de Abril, a resistência de estereótipos que são pedras no caminho: “O homem de cabelo grisalho impõe respeito, a mulher de cabelo grisalho não serve.”

A arquitecta foi uma das mulheres candidatas nas primeiras autárquicas do país, em 1976, em que apenas cinco foram eleitas em 304 municípios. Foi vereadora em Lisboa e, de 1982 a 1985, presidente da Câmara de Cascais. “Era muito mal visto que uma mulher desempenhasse aquele cargo, com certeza estaria a pôr em causa a família. A minha própria mãe me chamava a atenção para isso.” Ela ignorou: “Simplesmente dizendo que não via as coisas assim...”

No executivo de Carla Longo reinam as mulheres: “Estamos nos três primeiros lugares.” O género não é, neste momento, barreira ao trabalho autárquico. Mas as exigências →

SER MULHER EM LIBERDADE

feitas às mulheres continuam a ser maiores, avalia: “A sociedade faz mais pressão sobre as mulheres. O homem tem de ser bom na profissão, a mulher tem de ser boa na profissão, em casa, ser boa mãe.” Para trabalhar a tempo inteiro na junta de freguesia, teve de mudar de cidade. E deixar o filho, agora com dez anos, com o pai. “Ainda se acha que o filho tem de estar com a mãe. Mas tem de estar com quem tem mais tempo e qualidade de vida.” Não sem implicações, admite: “Não tenho dúvida que apontam o dedo e acham mal.”

A conciliação. Furadas as barreiras partidárias, Helena Roseta vê aí a grande dificuldade enfrentada pelas mulheres. “Tive a sorte de ter muito apoio – mas é sobre nós que continua a recair a responsabilidade de conciliar e assumir o lar.” Eva Macedo lamenta a sobrecarga. Não é apenas uma questão de tempo, é também de “espaço mental e emocional”: “O que fica, depois, para um combate político? Vivemos o paradigma das supermulheres...”

Ao estudar o perfil da mulher autarca, Rosa Monteiro encontrou “formiguinhas”, a assumir o trabalho relacional com o eleitorado, a contornar burocracias. Muitas são dirigentes de IPSS, casas do povo, professoras ou médicas, gente estimada pela comunidade. E chegam aos cargos políticos por essas vias, muitas vezes “espantadas com os convites”. No terreno, acompanhou vereadoras muito preparadas, mas “descartadas” em momentos de transição. E também estruturas locais a tentar “contornar a lei”, com jogos pré-combinados de renúncia de mulheres substituídas, depois, por homens. “Isto ainda resiste.”

É, para Maria Antónia Almeida, reflexo de um “menor escrutínio”: “Para o Parlamento Europeu todos os partidos gostam de mostrar que têm mulheres. A nível local não há o mesmo interesse.” Uma conclusão, no entanto, desiludiu a investigadora, ao analisar programas e mensagens políticas de mulheres autarcas. “Os temas e comportamentos são mais ou menos iguais”, diz, “os níveis de corrupção também.”

NO TERRENO, ROSA MONTEIRO ENCONTROU ESTRUTURAS LOCAIS A TENTAR “CONTORNAR A LEI”, COM JOGOS PRÉ-COMBINADOS DE RENÚNCIA DE MULHERES SUBSTITUÍDAS, DEPOIS, POR HOMENS

Mulheres eleitas para presidentes de câmara

1976-2021



Abaixo dos 10%

Nos cargos de poder, paridade está longe de ser cumprida

■ 2017 ■ 2021

Presidentes de Câmara

■ 32 (10,4%)

■ 29 (9,4%)

Vice-presidentes

■ 75 (24,4%)

■ 94 (30,5%)

Vereadoras

■ 610 (29,4%)

■ 682 (32,9%)

Fonte: Investigação de Maria Antónia Almeida (Universidade do Minho); CIG

PÚBLICO

Quando Rosa Monteiro assumiu o cargo de secretária de Estado da Cidadania e da Igualdade de Género, em 2017, pediu um balanço da aplicação da lei da paridade para, a partir dele, pensar uma revisão legislativa. Nela propunha-se que os dois primeiros lugares de qualquer lista fossem ocupados por pessoas de sexo diferente. A ideia, no entanto, cairia na negociação. “A lei ficou mutilada.” É reflexo de alguma resistência às quotas. Carla Longo assume: “Sou contra a lei da paridade. As pessoas devem ser reconhecidas pela sua competência.” O raciocínio, diz Monteiro, é falacioso: “Quem fala em meritocracia devia questionar o mérito de pessoas que lá estão.” Terão os 90,6% de homens eleitos chegado lá só por mérito? Serão as mulheres que ficaram pelo caminho menos competentes?

Rever de novo a lei é preciso, apontam as investigadoras Rosa Monteiro e Eva Macedo: evoluir para os 50/50 na representação de género e abranger todos os poderes políticos, como sugeria a proposta inicial de revisão. Depois, apostar na educação, mesmo antevendo a demora nos resultados, porque os modelos importam. E ainda outra coisa, acrescenta Helena Roseta: “Quando uma mulher for convidada para um lugar, exija estar mais à frente. E diga: ‘Venham mais cinco.’”